

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE CUBATÃO: O TRIPÉ ORIENTAÇÃO DE ENSINO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E FAMÍLIA

Pedro Paulo de Mello e Souza Lima ¹

Danielle Cristina Pereira de Souza ²

Karen França Azurza ³

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência e altas habilidades é um processo desafiador que envolve a colaboração entre os profissionais da educação e a família. Neste contexto, o serviço de orientação educacional pode desempenhar um papel fundamental. A pesquisa revisou a evolução histórica da educação especial no município de Cubatão, no estado de SP, analisando as políticas de inclusão e as práticas adotadas, com foco nas escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade, após a inclusão do Orientador Educacional e do Professor de Educação Especial nas unidades de educação infantil. Apesar dos avanços, a inclusão enfrenta obstáculos, que têm sido superados com a maior integração entre a escola e os profissionais que atendem os alunos. Foi apresentada a trajetória inclusiva da educação especial em Cubatão, que se deu desde a criação da rede municipal de educação (Lei ordinária 2.937/2004), o estabelecimento do Estatuto do Magistério, com a criação dos cargos e funções (Lei complementar 22/2004) e a criação da Diretoria de Educação Inclusiva (DEI) no âmbito administrativo de Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). A expansão do atendimento inclusivo e especializado na primeira infância, considerando especificidades, é uma prioridade da política inclusiva recente, ora estudada, com a oferta de Orientadores Educacionais e Professores de Educação Especial nas unidades que antes não contavam com estes profissionais. Os dados pesquisados evidenciam como estão trabalhando os Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Orientadores Educacionais (OE) no município, muitos dos quais contratados recentemente para atender à política aqui desvelada, bem como informações sobre os alunos atendidos. A SEDUC apresenta perspectivas futuras que envolvem a meta de atendimento em 100% das Unidades Municipais de Ensino (UME) em todas as etapas, com desafios a serem superados e fortalecimento do trabalho em rede.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão Escolar, Professor de AEE, Primeira Infância.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um tema central nas discussões sobre educação contemporânea. A educação inclusiva visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, tenham

¹ Doutor em Educação e Supervisor de Ensino na rede de Cubatão - SP, professorpedrolima@gmail.com;

² Professora e Assessora de Políticas de Inclusão - Cubatão - SP, daniellesouza@edu.cubatão.sp.gov.br;

³ Mestre em Ensino em Ciências e Professora na rede municipal de Cubatão - SP, k.azurza@gmail.com.



acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que respeite suas particularidades e promova a igualdade de oportunidades. Segundo a Lei nº 12.796/2013, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializado quando necessário (Brasil, 2013). Essa abordagem busca eliminar barreiras e promover a participação plena de todos os alunos no ambiente escolar.

A trajetória da educação especial no Brasil é marcada por avanços significativos, mas também por desafios persistentes. Historicamente, a educação especial foi concebida de forma segregada, com a criação de instituições específicas para atender alunos com deficiência. No entanto, a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a adoção de políticas públicas voltadas para a inclusão, houve uma mudança de paradigma, passando-se a defender a inclusão desses alunos nas escolas regulares (Brasil, 2001). Esse movimento foi reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que estabeleceu diretrizes para a implementação da educação inclusiva em todo o país (Brasil, 2008).

No município de Cubatão, a criação do Sistema Municipal de Ensino, formalizada pela Lei Ordinária nº 2.937/2004, e a implementação do Estatuto do Magistério, por meio da Lei Complementar nº 22/2004, foram marcos importantes para o desenvolvimento de políticas específicas para a educação especial (Cubatão, 2004). A criação da Diretoria de Educação Inclusiva (DEI) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) reforçou o compromisso do município com a inclusão, proporcionando uma estrutura administrativa dedicada ao desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas.

A inclusão escolar de alunos com deficiência envolve a colaboração de diversos atores, incluindo professores, orientadores educacionais, gestores escolares, pais e a comunidade. Os Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel crucial nesse processo, oferecendo suporte individualizado e adaptando o currículo às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, os Orientadores Educacionais atuam como mediadores entre a escola e a família, promovendo a integração e o diálogo entre todos os envolvidos (Cubatão, 2024).

Apesar dos avanços, a inclusão escolar ainda enfrenta muitos desafios. A falta de recursos adequados, a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e a resistência de alguns setores da sociedade são obstáculos que precisam ser superados. A implementação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento do trabalho em rede são essenciais para garantir a inclusão plena de todos os alunos. Em Cubatão, a SEDUC tem promovido programas de formação continuada para os professores de AEE e Orientadores



Educacionais, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área da educação especial (Cubatão, 2024).

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução histórica das políticas de inclusão no município de Cubatão, investigar as práticas pedagógicas adotadas pelos Professores de AEE e Orientadores Educacionais, avaliar a integração entre escola e família no processo de inclusão escolar e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Acredita-se que a compreensão desses aspectos pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade, beneficiando não apenas os alunos com necessidades especiais, mas toda a sociedade.

Justificativa e Objetivos

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um tema de grande relevância no contexto educacional contemporâneo. A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender e aprimorar as práticas pedagógicas e as políticas públicas voltadas para a inclusão, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão não é apenas um direito assegurado por lei, mas também uma condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Brasil, 2013).

A educação inclusiva visa eliminar barreiras e promover a participação plena de todos os alunos no ambiente escolar. Segundo a Lei nº 12.796/2013, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializado quando necessário (Brasil, 2013). Essa abordagem busca garantir que os alunos com deficiência possam desenvolver suas habilidades e competências em um ambiente inclusivo, que respeite suas particularidades e promova a igualdade de oportunidades.

Os objetivos deste estudo são múltiplos. Primeiramente, visa-se analisar a evolução histórica das políticas de inclusão no município de Cubatão, destacando as principais ações e estratégias implementadas ao longo dos anos. A criação do Sistema Municipal de Ensino e a implementação do Estatuto do Magistério são marcos importantes que permitiram o desenvolvimento de políticas específicas para a educação especial (Cubatão, 2004). Compreender esses processos históricos é fundamental para identificar os avanços e os desafios ainda presentes.

Além disso, o estudo busca investigar as práticas pedagógicas adotadas pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos Orientadores Educacionais. Esses profissionais desempenham um papel crucial na implementação da



educação inclusiva, oferecendo suporte individualizado e adaptando o currículo às necessidades específicas de cada aluno. A análise dessas práticas permitirá identificar as estratégias mais eficazes e as áreas que necessitam de melhorias (Brasil, 2001).

Outro objetivo importante é avaliar a integração entre escola e família no processo de inclusão escolar. A participação ativa dos pais e responsáveis é essencial para o sucesso da educação inclusiva, pois contribui para a criação de um ambiente acolhedor e colaborativo. Em Cubatão, os Orientadores Educacionais têm desempenhado um papel importante na mediação entre escola e família, promovendo reuniões e atividades que fortalecem essa parceria (Cubatão, 2024). Analisar essa integração permitirá identificar boas práticas e propor ações que possam ser replicadas em outros contextos.

Por fim, o estudo pretende oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento do trabalho em rede. A inclusão escolar é um processo complexo que envolve múltiplos atores e requer a colaboração de toda a comunidade escolar. Identificar os desafios e as potencialidades das políticas de inclusão em Cubatão pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade, beneficiando não apenas os alunos com deficiência, mas toda a sociedade (Brasil, 2008).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental e na revisão histórica das políticas de inclusão no município de Cubatão. Foram examinados documentos oficiais, como leis, decretos e relatórios da Secretaria Municipal de Educação, além de publicações acadêmicas e relatórios técnicos que abordam a educação especial e a inclusão escolar. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas e dos desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva (Gil, 2008).

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos históricos e legais que fundamentam a educação especial em Cubatão. Entre os documentos analisados, destacam-se a Lei Ordinária nº 2.937/2004, que criou o Sistema Municipal de Ensino, e a Lei Complementar nº 22/2004, que estabeleceu o Estatuto do Magistério (Cubatão, 2004). Além disso, foram revisados relatórios e publicações da SEDUC que detalham as políticas de inclusão e as práticas adotadas nas escolas municipais. Essa análise documental permitiu identificar as principais ações e estratégias implementadas pelo município para promover a inclusão escolar.



A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que permitiu identificar categorias temáticas relacionadas às políticas de inclusão, práticas pedagógicas e desafios enfrentados. Os dados coletados foram organizados e interpretados à luz do referencial teórico sobre educação especial e inclusão escolar, proporcionando uma visão abrangente e crítica sobre a evolução da educação inclusiva em Cubatão. Essa metodologia permitiu não apenas descrever as práticas e políticas adotadas, mas também analisar seus impactos e identificar áreas que necessitam de melhorias (Bardin, 2011).

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Especial e Inclusão Escolar

A educação especial é uma modalidade de ensino que visa atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De acordo com a Lei nº 12.796/2013, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializado quando necessário (Brasil, 2013). Essa abordagem busca garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A inclusão escolar é um processo que envolve a adaptação do ambiente educacional para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais. Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), a integração de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino é uma tendência recente, que visa proporcionar um ambiente mais inclusivo e equitativo (Brasil, 2001). Essa integração pode ocorrer em classes regulares, com o apoio de serviços especializados, ou em classes e escolas especializadas, dependendo das necessidades dos alunos.

A legislação brasileira tem avançado significativamente para garantir a inclusão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei nº 12.796/2013, estabelece que a oferta de educação especial é um dever constitucional do Estado, com início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Brasil, 2013). Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 destaca a importância da qualificação dos professores e da ampliação da oferta de cursos de formação e especialização para atender a essa clientela (Brasil, 2001).

A implementação de políticas públicas voltadas para a educação especial tem sido fundamental para promover a inclusão escolar. Em Cubatão, a criação da Diretoria de Educação



Inclusiva (DEI) e a contratação de Orientadores Educacionais e Professores de Educação Especial são exemplos de ações que visam garantir o atendimento adequado aos alunos com deficiência (Cubatão, 2004). Essas medidas têm contribuído para a expansão do atendimento inclusivo e especializado na primeira infância, fortalecendo a integração entre escola e família.

A formação continuada dos profissionais da educação é um aspecto crucial para a efetividade da inclusão escolar. Cursos de graduação, pós-graduação e capacitações oferecidas pelas próprias instituições de ensino ou pelas prefeituras e estados são essenciais para preparar os professores para lidar com as situações do cotidiano escolar (Brasil, 2001). A troca de experiências e a discussão sobre as melhores estratégias pedagógicas são fundamentais para aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência.

Por fim, a inclusão escolar não se limita apenas ao ambiente educacional, mas envolve também a participação ativa da família e da comunidade. A colaboração entre escola, família e comunidade é essencial para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos possam desenvolver seus potenciais de aprendizagem. Em Cubatão, a proximidade nas interações entre escola e família tem sido um fator crucial para o sucesso das políticas inclusivas, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa (Cubatão, 2024).

Histórico da Educação Especial em Cubatão

A trajetória da educação especial em Cubatão é marcada por uma série de avanços e desafios que refletem a busca pela inclusão e qualidade no ensino. A criação da rede municipal de educação, formalizada pela Lei Ordinária nº 2.937/2004, foi um marco significativo, estabelecendo as bases para um sistema educacional autônomo e voltado para as necessidades locais (Cubatão, 2004). A partir dessa lei, o município pôde desenvolver políticas específicas para a educação especial, promovendo a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

A implementação do Estatuto do Magistério, por meio da Lei Complementar nº 22/2004, foi outro passo crucial. Essa legislação criou cargos e funções específicas para atender à demanda por profissionais especializados, como Orientadores Educacionais e Professores de Educação Especial (Cubatão, 2004). A criação da Diretoria de Educação Inclusiva (DEI) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação reforçou o compromisso do município com a inclusão, proporcionando uma estrutura administrativa dedicada ao desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas.



Durante as décadas de 1980 e 1990, Cubatão ainda dependia das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) para a supervisão e orientação das escolas. Essa dependência administrativa gerava desafios logísticos significativos, como a necessidade de frequentes viagens dos gestores para tratar de questões educacionais (Cubatão, 2024). A promulgação das Leis nº 2.937/04 e nº 2.961/04, que criaram o Sistema Municipal de Ensino e o Plano Municipal de Educação, respectivamente, foi fundamental para a autonomia educacional do município, permitindo a implementação de políticas específicas para a educação especial (Cubatão, 2004).

A partir de 2006, o Conselho Municipal de Educação, em diálogo com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação, pressionou para que o Sistema Municipal de Ensino fosse plenamente reconhecido e desvinculado da supervisão estadual. Esse esforço culminou em julho de 2005, quando a Diretoria de Ensino de Santos reconheceu oficialmente a autonomia do Sistema de Ensino de Cubatão (Cubatão, 2024). A transição foi gradual, com os supervisores estaduais continuando a apoiar a rede municipal até o final de 2006, enquanto o município ajustava sua estrutura administrativa.

A criação do Departamento de Educação Inclusiva refletiu um avanço importante na história educacional de Cubatão, garantindo a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Este departamento visa assegurar que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades recebam não só educação em classes regulares, mas também o atendimento educacional especializado necessário (Brasil, 2008).

Com a recente ampliação do atendimento em todas as escolas, desde as creches, via contratação de mais Orientadores Educacionais e Professores de Educação Especial, a proximidade nas interações entre escola família tem sido facilitada, se tornando cada vez mais um fator crucial para a transformação com sucesso de todas as políticas públicas educacionais de Cubatão em políticas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução das políticas de inclusão em Cubatão reflete um compromisso contínuo com a educação de qualidade e a inclusão de alunos com deficiência. A criação do Sistema Municipal de Ensino, formalizada pela Lei Ordinária nº 2.937/2004, foi um marco inicial que permitiu ao município desenvolver políticas específicas para a Educação Especial (Cubatão, 2004). Essa legislação estabeleceu as bases para a autonomia educacional de Cubatão, possibilitando a implementação de medidas voltadas para a inclusão escolar.



A promulgação da Lei Complementar nº 22/2004, que instituiu o Estatuto do Magistério, foi outro passo significativo. Essa lei criou cargos e funções específicas para atender à demanda por profissionais especializados, como Orientadores Educacionais e Professores de Educação Especial (Cubatão, 2004). A criação da Diretoria de Educação Inclusiva (DEI) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação reforçou o compromisso do município com a inclusão, proporcionando uma estrutura administrativa dedicada ao desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Cubatão ainda dependia das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) para a supervisão e orientação das escolas. Essa dependência administrativa gerava desafios logísticos significativos, como a necessidade de frequentes viagens dos gestores para tratar de questões educacionais (CUBATÃO, 2024). A promulgação das Leis nº 2.937/04 e nº 2.961/04, que criaram o Sistema Municipal de Ensino e o Plano Municipal de Educação, respectivamente, foi fundamental para a autonomia educacional do município, permitindo a implementação de políticas específicas para a Educação Especial (Cubatão, 2004).

A partir de 2006, o Conselho Municipal de Educação, em diálogo com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação, pressionou para que o Sistema Municipal de Ensino fosse plenamente reconhecido e desvinculado da supervisão estadual. Esse esforço culminou em julho de 2005, quando a Diretoria de Ensino de Santos reconheceu oficialmente a autonomia do Sistema de Ensino de Cubatão (Cubatão, 2024). A transição foi gradual, com os supervisores estaduais continuando a apoiar a rede municipal até o final de 2006, enquanto o município ajustava sua estrutura administrativa.

A criação do Departamento de Educação Inclusiva refletiu um avanço importante na história educacional de Cubatão, garantindo a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Este departamento visa assegurar que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades recebam não só educação em classes regulares, mas também o atendimento educacional especializado necessário (Brasil, 2008). A proximidade nas interações entre escola e família, facilitada por profissionais atuantes nas unidades de ensino municipais, tem sido um fator crucial para o sucesso das políticas inclusivas. Mais recentemente, em 2023, houve a inclusão, em todas as escolas de educação infantil, de professores de AEE e orientadores de ensino.

Esta política, adotada em Cubatão para a inclusão de alunos com deficiência, tem sido fundamental para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Os Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel crucial nesse processo, oferecendo suporte individualizado e adaptando o currículo às necessidades



específicas de cada aluno. Esses profissionais utilizam diversas estratégias pedagógicas, como o uso de recursos tecnológicos, materiais adaptados e metodologias diferenciadas, para garantir que todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares (Brasil, 2013). A dinamização das práticas escolares com as famílias dos alunos é melhor articulada com a presença do profissional de orientação educacional, que contribui para a triangulação adequada dos conhecimentos e desenvolvimento de cada aluno na escola e em casa.

A formação continuada dos profissionais da educação é outro aspecto crucial para a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas. Cursos de capacitação e especialização são essenciais para preparar os professores para lidar com as diversas situações que surgem no cotidiano escolar. Em Cubatão, a Secretaria Municipal de Educação tem implementado programas de capacitação contínua para os professores de AEE e Orientadores Educacionais, com o objetivo de melhorar suas competências e conhecimentos na área da Educação Especial (Cubatão, 2024).

A integração entre escola e família é uma estratégia fundamental para o sucesso das práticas pedagógicas inclusivas. A participação ativa dos pais e responsáveis no processo educativo contribui para a criação de um ambiente acolhedor e colaborativo, onde todos os alunos se sentem valorizados e apoiados. Em Cubatão, os Orientadores Educacionais desempenham um papel importante na mediação entre escola e família, promovendo reuniões e atividades que fortalecem essa parceria (Cubatão, 2024).

Apesar dos avanços, ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir a inclusão plena de todos os alunos. A falta de recursos financeiros e humanos, a resistência de alguns profissionais e a necessidade de mudanças culturais são obstáculos que precisam ser enfrentados. A implementação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento do trabalho em rede são essenciais para superar esses desafios e promover uma educação verdadeiramente inclusiva (Brasil, 2008).

Por fim, é importante destacar que a inclusão escolar não é um processo linear e uniforme. Cada aluno tem suas próprias necessidades e características, e as práticas pedagógicas devem ser constantemente adaptadas para atender a essa diversidade. A flexibilidade e a criatividade dos professores e equipe de apoio pedagógico das escolas são fundamentais para o sucesso da inclusão, assim como o apoio contínuo da comunidade escolar e das políticas públicas (Brasil, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de alunos com deficiência em Cubatão tem avançado significativamente nos últimos anos, refletindo um compromisso contínuo com a educação de qualidade e a promoção da igualdade de oportunidades. A criação do Sistema Municipal de Ensino e a implementação do Estatuto do Magistério foram marcos importantes que permitiram o desenvolvimento de políticas específicas para a Educação Especial (Cubatão, 2004). Essas ações demonstram a importância de uma estrutura administrativa dedicada ao desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas.

Os avanços na inclusão escolar em Cubatão são evidentes, mas ainda há muitos desafios a serem superados. A falta de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, é um dos principais obstáculos enfrentados pelas escolas. Embora a legislação brasileira garanta o direito à educação inclusiva, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para obter os materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades dos alunos com deficiência (Brasil, 2013). Além disso, a infraestrutura das escolas nem sempre é adequada para receber esses alunos, o que pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A formação continuada dos profissionais da educação é essencial para a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas. Em Cubatão, a Secretaria Municipal de Educação tem promovido programas de formação continuada para os professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Orientadores Educacionais, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área da educação especial (Cubatão, 2024). Esses programas são fundamentais para preparar os professores para lidar com as diversas situações que surgem no cotidiano escolar e para garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário.

A integração entre escola e família é uma estratégia fundamental para o sucesso das políticas de inclusão escolar. A participação ativa dos pais e responsáveis no processo educativo contribui para a criação de um ambiente acolhedor e colaborativo, onde todos os alunos se sentem valorizados e apoiados. Em Cubatão, os Orientadores Educacionais desempenham um papel importante na mediação entre escola e família, promovendo reuniões e atividades que fortalecem essa parceria (Cubatão, 2024). Essa integração é essencial para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma eficaz desde a educação infantil.

Apesar dos avanços, a inclusão escolar ainda enfrenta resistência de alguns setores da sociedade. A mudança de mentalidade e a sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral são fundamentais para a promoção de uma cultura inclusiva. A implementação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento do trabalho em rede são essenciais para superar



esses desafios e garantir a inclusão plena de todos os alunos (Brasil, 2008). A colaboração entre diferentes atores, incluindo gestores escolares, professores, pais e a comunidade, é crucial para o sucesso desse processo.

A análise das práticas pedagógicas adotadas pelos Professores de AEE e Orientadores Educacionais em Cubatão revela a importância de estratégias pedagógicas diversificadas e adaptadas às necessidades específicas de cada aluno, já na mais tenra idade. O uso de recursos tecnológicos, materiais adaptados e metodologias diferenciadas são algumas das estratégias que têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão escolar (Brasil, 2013). No entanto, é necessário continuar investindo na formação dos profissionais e na melhoria da infraestrutura das escolas para garantir que todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares.

Em conclusão, a inclusão escolar de alunos com deficiência em Cubatão tem avançado significativamente com a inclusão dos professores de AEE e orientadores educacionais nas escolas de educação infantil, mas ainda há muito a ser feito. A continuidade das políticas de formação de profissionais, a ampliação do atendimento especializado e a promoção de uma cultura inclusiva são essenciais para garantir a inclusão plena de todos os alunos. A colaboração entre escola, família e comunidade é fundamental para o sucesso desse processo, e a análise das práticas e políticas adotadas em Cubatão pode servir de exemplo para outras localidades que buscam promover a inclusão escolar (Cubatão, 2024).

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011;
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação**;
- BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a LDB n. 9394/96**;
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008;
- CUBATÃO. Lei complementar nº 22, de 2004. **Estabelece o Estatuto do Magistério**;
- CUBATÃO. Lei ordinária nº 2.937, de 2004. **Cria o Sistema Municipal de Ensino**;
- CUBATÃO. Lei nº 2.961, de 2004. **Institui o Plano Municipal de Educação**;
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.